Histórico, Legislação e Políticas Públicas em EJA

A Formação dos Profissionais da Educação em Manual Operacional da Rede de Educação para a Diversidade

Giselma Machado

http:// escolapaduacosta.blogspot.com

A rede de Educação para a Diversidade se expressa pela preocupação com a formação docente reivindicada pela sociedade civil representada especialmente pelos Movimentos Sociais e Fóruns Permanentes de EJA, organizados em todo o país. Para o primeiro segmento, os Movimentos Sociais, esta história foi construída desde a década de 60 com o Movimento Social de Base e hoje representado especialmente pelos sem-teto e sem-terra. Já para o segundo segmento em questão, os Fóruns, a origem de sua participação nesta ação de incidência social ou "advocacy" dá-se a partir de 1996, no Rio de Janeiro, com a criação do 1º Fórum permanente de EJA, e sua reprodução em todo o país com a criação de um Fórum Permanente em cada estado da federação, seus encontros regionais, seus encontros nacionais, bem como a realização, em nível nacional, do Seminário para Formação de Educadores da EJA cuja quarta edição ocorreu em Brasília, de 10 a 13 de dezembro de 2012 – IV SNF, Seminário Nacional de Formação Docente para a EJA.

Neste contexto, insere-se a criação do Proeja, sugerido pelo governo federal e gerido pelos IFES, antigos CEFET e Escolas Federais, agregando formação propedêutica à formação para o trabalho, escolarização oferecida para a EJA por estas instituições de ensino público.

Deste quadro também fazem parte os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização oferecidos por IES, através dos programas de EAD, e IFES, através do PROEJA, oferecendo ao docente da EJA a tão reivindicada formação especifica para atuar junto a este público-alvo, desde o Parecer Nº 11/2000/CNE/CEB que reconhece a EJA como uma modalidade educativa inserida na Educação Básica, processo que se desenvolve pós-alfabetização, tanto em nível fundamental, como em nível médio.

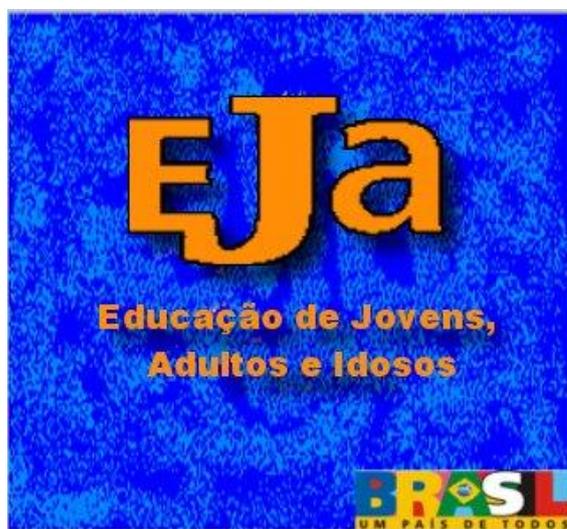
Este Curso que ora se desencadeia faz parte da ação de compromisso ou política pública que se expressa através desta rede.

Para aclarar ainda mais este tema, leia o Manual Operacional Rede de Educação para a Diversidade, acessando:
http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=0h&oq=manual+0&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADFA_pt-BRBR431BR436&q=manual+operacional+para+a+rede+da+diversidade

Uma tentativa de conclusão...

Com a criação da SECADI/MEC, indicam-se vários avanços oriundos de políticas públicas voltadas para a EJA efetivamente ao longo desta trajetória histórica. Mas, mesmo assim, apesar destes, outros pontos ainda merecem reflexão e indicam espaços de luta e incidência social, a exemplo de a EJA ser considerada modalidade educativa, mas ser alocada na SECADI em vez da CEB, como os convencionais ensino fundamental e médio.

Dentre os avanços alcançados por essa modalidade, relembra-se o fato de ser contemplada pelos recursos do FUNDEB, FNLD. Todo esse apoio ajuda a estruturar a EJA.

http://nre.seed.pr.gov.br

A intersetorialidade também merece destaque, pois significa contemplar a EJA a partir da inter-relação ou sintonia com a questão ambiental, com o trabalho, com a saúde, com a cultura, com a vida, enfim.

Por último e bem mais recentemente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o Conselho Deliberativo garantiram uma importante conquista para a EJA através da Resolução nº 48 de 02 de outubro de 2012 que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros

aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, já a partir do exercício 2012. Nessa resolução, chama-se a atenção para o fato de que essa transferência de apoio a novas turmas de EJA, oferecidas pelas redes públicas de ensino, só poderá ocorrer sob matrículas ainda não contempladas com recursos do FUNDEB.

Assim, entende-se que, havendo uma soma de esforços ou a convergência de esforços para sedimentar a EJA como um valor social, como uma ação de justiça social, encaminha-se para a almejada concepção de uma educação ao longo da vida, defendida por todos os envolvidos com a ação de "advocacy", tais como movimentos sociais, FPEJA, agendas territoriais, dentre outros mecanismos da sociedade civil na busca e defesa de políticas públicas para a EJA.

Atividade

Para realizar esta atividade, você deverá ler o material já disponibilizado e, depois, é só encaminhar o arquivo em Word para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Se estiver com dificuldade, procure o tutor.

1. Elabore um texto indicando o caminho a ser trilhado pela EJA na atualidade a partir do enfoque conferido por este Curso. (No mínimo 5 e no máximo 10 linhas).

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf. Acesso em 04 fev. 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1. Acesso em 04 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 04 jun. 2011.

DI PIERRO, M. C; JOIA, O.; RIBEIRO, V.M. **Visões da Educação de jovens e adultos no Brasil**. Cad. CEDES. Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt%2523back1> . Acesso: 15 mai. 2010.

FRAGO, A. V. Alfab**etização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Trad. Tomaz Tadeu da Silva et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

__________. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

__________. **Pedagogia da autonomia**. Versão digital, disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf . Acesso: 05 mai. 2012.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, p. 108 -130, maio/ago. 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLARA_DI_PIERRO.pdf . . Acesso: 10 jun. 2010.

IBGE. **Censo Demográfico, versão eletrônica. 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>, acesso em 07 mar. 2011.

MACHADO, G. **A leitura no ensino de língua materna na educação de jovens e adultos (EJA)**. Monografia de Especialização em Ensino de Português e Literatura – UFS, 2008.

__________. **Por uma concepção de Educação de Jovens e Adultos: algumas considerações. 2010**. Disponível em: www.seppeja.blogspot.com. Acesso em 02 mar. 2011.

__________. **O gênero discursivo história em quadrinhos e a compreensão leitora em língua portuguesa na EJA: uma relação de proximidade**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, UAA/PY, 2012.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. In: RIBEIRO, V. M.(Org). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. p. 15-43. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Ed. Loyola, 1973.

PARECER nº 11/2000. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Educação de Jovens e Adultos. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em 07 mar. 2008.

RESOLUÇÃO CNE/CEB, nº 1, de 5 de julho de 2000. Educação de Jovens e Adultos. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf. Acesso em 07 mar. 2008.